

ORTEGAY GASSET, JOSÉ

Nascido em 9 maio de 1883 em Madrid, após estudos de Direito (Universidade de Deusto), José Ortega y Gasset concluiu o curso de Filosofia na Universidade Central de Madrid, onde se doutorou (1904), rumando depois para a Alemanha (Leipzig, Berlim e Marburgo), aí buscando o que o acanhamento intelectual da sua pátria não lhe deu. Em 1910, obteve, por concurso, a cátedra de Metafísica na Universidade Central de Madrid. Filósofo, ensaísta, jornalista e ativista político, acabou por exilar-se, vivendo, desde 1936, em França, Holanda, Argentina, Portugal, onde foi conferencista, com preleções também nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Itália – qual “cosmopolita errante”.

A obra orteguiana, tributária da filosofia alemã, é original: sem seguir Nietzsche, a ele deve o conceito nuclear de vida, e a Simmel o de vitalismo racional; para além do realismo e do idealismo, propôs como solução o *raciovitalismo*, haurindo na “razão-vida” a verdade e a certeza práticas, isto é, a medida do humano conforme ao seu *projeto vital*; quando, depois, descobriu Dilthey, analisou a existência como historicidade: a razão vital é a razão histórica; por isso, na esteira de Nietzsche, a *perspetiva* é também critério gnosiológico. A sua filosofia caracterizou-se como uma “filosofia da vida”, cujo início se inspirou numa metafísica pragmatista inspirada em James, cuja metodologia segue Husserl, o que propiciou um peculiar existencialismo (antes de Heidegger), e, na senda de Dilthey, um historicismo realista. Pensador que diagnosticou os males da quotidianidade, viveu com paixão a *prospetiva*, pelas soluções que advêm da *perspetiva*, conforme ao imperativo pessoal singular.

Filósofo da *circunstância*, ser espanhol e ser europeu refletir-se-iam profundamente na sua obra. Perscrutemos, pois, a ideia de Europa, por uma modulação em três tempos: a) nos escritos de juventude, quando expressou a sua posição no ambiente intelectual de então; b) no seu livro *La Rebelión de las Masas* (1930); c) no “Prólogo para franceses” (1937) e no “Epílogo para ingleses” (1938) dessa sua obra-prima, e em *Meditación de Europa* (1949, à sua morte, 1955), donde brotou esta sua convicção: «Muito provavelmente, sou hoje, entre os viventes, o decano da Ideia de Europa» (ORTEGA, *Europa...*, p. 20).

No final do século XIX, os regeneracionistas, liderados por Joaquín Costa, buscavam a “europeização de Espanha” para superar quer o atraso secular, quer a grave crise moral e social de então (derrota militar de 1898, fim do império ultramarino espanhol): assim, Espanha deveria voltar as costas a tradições anquilosadas e

a supostas glórias passadas, e virar-se para a modernidade – para a Europa. Outros, como a “Geração de 98” (Unamuno, Valle-Inclán, Machado, Azorín, Maeztu, Baroja), sustinham que era a Europa que se salvaria graças a Espanha: em vez de europeizar Espanha, tratava-se de espanholizar a Europa.

Em 1908, aquando duma “Assembleia para o Progresso das Ciências”, Ortega susteve, um pouco na linha de Costa, que “Europa = ciência”, pois, para ter caminhos-de-ferro, comércio, indústria, etc., «tudo isso, enfim, que podemos chamar civilização, melhoramento físico da vida, foi preciso antes inventá-los». Então, «Europa = ciência: tudo o resto lhe é comum com o resto do planeta» (ORTEGA, *Obras...*, p. 100, 102). Subjacente a esse ideal de europeização – “Europa é ciência” – estava a filosofia neokantiana que aprendeu na sua segunda estância na Alemanha, em Marburgo, onde ensinavam Cohen e Natorp. Seguindo os seus mestres, Ortega estava convencido que o bem-estar político e social devia fundar-se no método científico, no rigor, na invenção. «O eixo da cultura, do ‘globo intellectualis’, passa por todas as nações onde a ciência existe e somente através delas» (*ib.*, p. 103).

Em 1909, em “Unamuno e Europa, uma fábula”, referindo-se a uma carta pública em que «o Sr. Unamuno (...) fala dos papalvos [papanatas] que estão fascinados *por esses europeus*», respondeu: «Ora bem, sou plenamente, integralmente, um desses papalvos: quase não escrevi, desde que escrevo para o público, uma única página, sem que não apareça com agressividade simbólica a palavra: Europa. Nesta palavra começam e acabam para mim todas as dores de Espanha» (*ib.*, p. 128).

Ortega achava que os escritores de 98 se ficaram pela retórica regeneracionista, pela literatura, e sem ação; quer dizer, não foram ao fundamento, vinculando filosofia com educação e política. Na sua conferência em Bilbao, *A Pedagogia Social como Programa Político* (1910), aludindo a 1898, e ao anelo de regeneração, enfatizava: «Regeneração é o desejo; europeização é o meio de o satisfazer. Verdadeiramente, viu-se claro desde um princípio que Espanha era o problema e a Europa a solução» (*ib.*, p. 62). Uns dias antes, na revista *Europa*, escrevia: «Europa, cansada em França, esgotada na Alemanha, débil em Inglaterra, terá uma nova juventude sob o sol poderoso da nossa terra. Espanha é uma possibilidade europeia. Só olhada desde Europa, é possível Espanha» (*ib.*, p. 138). Europeizar Espanha, mas sem repetir a Europa francesa, alemã ou inglesa, por melhores que sejam; e mais: pela europeização, uma nova Espanha, e com a nova Espanha, uma nova Europa.

No seu “segundo europeísmo”, a enfermidade estava na Europa dividida, a medicina na sua união. Essa terapêutica é o tema fulcral d’*A Rebelião das Massas* (1930). Na I Parte, a rebelião não era a das multidões nem a do proletariado, era a do “homem-massa”: este era o homem vulgar, egoísta, sem relevo moral, que só exigia aos outros, que se cria sujeito de direitos e não de obrigações; não se tratava de categoria sociopolítica, ou histórica, mas antropológica: contrapunha-se ao homem de vida nobre, àquele que exigia de si mesmo. Assim, o critério de diferenciação era o do esforço e de exigência: o “homem-elite” era minoria, buscava a verdade e a justiça, era sociável, culto, interessado pelo bem público. Esses rasgos psicológicos, quais qualidades de timbre nietzschiano, traçavam a diferença entre elites e massas; eram estas que estavam esmagando a Europa, vindas da classe popular, da burguesia ou da aristocracia, da multidão ou o do tecnicismo exagerado. O livro quer ir às raízes da questão:

«Nem este volume nem eu somos políticos. O assunto de que aqui se fala é prévio à política e pertence ao seu subsolo» (ORTEGA, *La Rebelión...*, p. 32). A questão era tão profunda, que o livro é ainda atual.

É de Europa que se trata, porque «a história europeia parece, pela primeira vez, entregue à decisão do homem vulgar como tal; ou, dito na voz ativa: o homem vulgar, antes dirigido, resolveu governar o mundo» (*ib.*, p. 118); «esse personagem, que anda agora por toda a parte e onde quer impor a sua barbárie íntima», «o garoto mimado da história humana» (*ib.*, p. 119), «cheio de tendências incivis», «este novíssimo bárbaro é um produto automático da civilização moderna» (*ib.*, p. 121). Neste quadro pessimista, de influência nietzschiana e spengleriana, Ortega, na senda da europeização de Costa, a contragosto de Unamuno, pretendia superar a perspectiva decadentista, que aliás rejeitava; o pessimista Spengler cometera um erro de perspectiva, porque afinal a ilusão periférica de decadência não era mais que uma necessária crise de crescimento: se Ortega se negava a aceitar o spengleriano termo de “decadência”, era porque a Europa podia padecer uma crise, mas não a decadência. O homem-massa não era a causa da crise, mas o seu produto, como o eram também, a seu modo, o fascismo e o bolchevismo – fenómenos políticos de uma sociedade despersonalizada: o homem-massa era tão-somente o fenómeno revelador da crise cultural específica da sociedade avançada moderna; neste sentido, a obra de Ortega adiantou-se aos estudos críticos da Escola de Frankfurt (CEREZO, *La voluntad...*, p. 66).

Na II Parte – “quem manda no mundo?” –, a questão era a da falta de liderança mundial, por parte de Europa, dada a desmoralização provocada pela rebelião das massas. A solução punha-se em termos unionistas, pois, à «evidente decadência das nações europeias», seguir-se-iam «os Estados Unidos da Europa, a pluralidade europeia substituída por uma formal unidade» (ORTEGA, *La Rebelión...*, p. 156). Ora, se o mal maior era a dispersão nacional, a «potencialidade europeia atual» manifestava-se desde logo na economia, pelo «conjunto de dificuldades económicas que hoje encontra por diante cada uma das nações europeias», que tropeçavam «com certas barreiras fatais», que «são as fronteiras políticas dos Estados respetivos»; mas, se «o arranque para resolver as graves questões urgentes é tão vigoroso», todavia «tropeça logo com as jaulas acanhadas em que está alojado» – «as pequenas nações em que até agora vivia organizada a Europa»; por isso, «o pessimismo, o desânimo que hoje pesa sobre a alma continental, parece-se muito ao da ave de asas largas que ao bater as suas grandes rémiges se fere nos ferros da jaula» (*ib.*, p. 161-162).

Se era assim no plano económico, assim era na vida intelectual e política: «Todo o bom intelectual da Alemanha, da Inglaterra ou da França sente-se hoje afogado nos limites da sua nação, sente a sua nacionalidade como uma limitação absoluta» (*ib.*, p. 162). A Europa «agora vê-se obrigada a superar-se a si mesma. (...) Porque já aconteceu uma vez na história que uma grande civilização morreu por não poder substituir a sua ideia tradicional de Estado» (*ib.*, p. 165). Ora, para granjear a liderança mundial – que a Europa já exerceu – importava reconhecer: «Se fizéssemos hoje o balanço do nosso conteúdo mental – opiniões, normas, desejos, presunções –, notaríamos que a maior parte de tudo isso não vem ao francês da sua França, nem ao espanhol da sua Espanha, mas do fundo comum europeu. Hoje, com efeito, pesa muito mais em cada um de nós o que tem de europeu que a sua porção diferencial de francês,

espanhol, etc.». Ora, «se se fizesse a experiência imaginária de reduzir-se a viver puramente com o que somos, como “nacionais”, e, qual obra de mera fantasia, se extirpasse do homem médio francês tudo o que usa, pensa, sente, por recepção dos outros países continentais, sentiria horror». Então, «veria (...) que as quatro quintas partes do seu haver íntimo são bens comunitários europeus» (*ib.*, p. 192-193).

Por fim, o seu europeísmo inflete na via de uma integração europeia – qual supra-nação, outras categorias serão preponderantes, *v. g.*, “sociedade europeia”, essa realidade pré-existente e de data muito remota, anterior mesmo ao surgimento das distintas nações-Estados, como a de “poder público europeu”; ora, a unidade europeia, por meio de uma nação ou supernação continental, seria algo a criar. É significativo um texto de 1937 – “Prólogo para Franceses” –, onde surgiram outros conceitos: «Querida insinuar que os povos europeus são desde há muito tempo uma sociedade, uma coletividade, no mesmo sentido que têm estas palavras aplicadas a cada uma das nações que a integram. Esta sociedade manifesta todos os atributos de tal: há costumes europeus, usos europeus, opinião pública europeia, direito europeu, poder público europeu» (*ib.*, p. 18); este, conforme advertiu, não necessitava de ser estatal: «Convém dar-se conta de uma vez por todas que desde há muitos séculos – e com consciência disso, desde há quatro – vivem todos os povos de Europa submetidos a um poder público, que, pela sua própria força dinâmica, não tolera outra denominação que a extraída da ciência mecânica: o “equilíbrio europeu” ou “*balance of Power*”». E prosseguiu: «Este é o autêntico governo de Europa, que regula em seu voo pela história o enxame de povos, solícitos e pugnazes como abelhas, escapados às ruínas do mundo antigo. A unidade da Europa não é uma fantasia, mas de facto a própria realidade, e a fantasia é precisamente outra: a crença de que França, Alemanha, Itália ou Espanha, são realidades substantivas e independentes» (*ib.*, p. 20). Em 1938, no “Epílogo para Ingleses”, Ortega enfatizou algumas dessas ideias.

Em 1949, ocorreu uma verdadeira multidão (com altifalantes nas salas maiores) à sua conferência *De Europa Meditatio Quaedam*, proferida na Universidade Livre de Berlim (no lado ocidental da cidade, dividida e em ruínas), que assim se iniciou: «Penso que é em Berlim, precisamente em Berlim, onde se deve falar de Europa» (ORTEGA, *Europa...*, p. 31). Aprofundou então que a Europa é, antes de mais, uma *sociedade*, depois uma nação: *o nacional*, os nacionalismos, são algo consequencial à sociedade. «É, pois, um estrito erro pensar que Europa é uma figura utópica que se consiga porventura realizar no futuro. Não; Europa não é só nem tanto futuro, como algo que está já aí desde um remoto passado; mais ainda, que existe com anterioridade às nações hoje tão claramente traçadas. O que será preciso, sim, é dar uma nova forma a essa realidade tão vetusta» (*ib.*, p. 45). Se o devir europeu estaria envolto de dúvida e ação, Ortega asseverava-o: «A civilização europeia duvida no fundo de si mesma. Em boa hora que assim tem sido! Não me recordo de nenhuma civilização que tenha desaparecido por um processo de dúvida. Creio recordar antes que as civilizações têm desaparecido por uma petrificação de sua fé tradicional, por uma arteriosclerose de suas crenças» (*ib.*, p. 36). Ainda hoje, neste século XXI, tal apotegma exprime a força pujante de Europa.

Na conferência em Munique, *Há hoje uma Consciência Cultural Europeia?* (1953), pedia «que não se confunda o problema da unidade de Europa com o da consciência da cultura europeia»; se esta sempre existiu, «no entanto, não existiu nunca uma

unidade europeia, no sentido que hoje tem essa expressão»: «A unidade refere-se a formas estatais», pois «Europa como cultura não é o mesmo que Europa como Estado» (*ib.*, p. 23). Nesse sentido, «a Ideia de Nação, tal e como havia sido entendida até agora, esgotou o seu conteúdo, não podia projetar-se no futuro, dadas as condições da vida atual; e os povos de Europa só poderiam salvar-se, transcendendo essa velha ideia esclerosada, e pondo-se a caminho de uma supra-nação, de uma integração europeia» (*ib.*, p. 17).

O ano da sua famosa conferência em Berlim (1949) foi também o da criação do Conselho da Europa; meio ano mais tarde, foi proferida a célebre Declaração de Schuman; ano e meio depois, emergiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, gérmen da Comunidade Económica Europeia, antecedente da atual União Europeia.

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha
Universidade do Minho

Referências

- CEREZO GALÁN, Pedro, *La Voluntad de Aventura: Aproximamiento Crítico al Pensamiento de Ortega y Gasset*, Barcelona, Editorial Ariel, 1984.
- ORTEGA Y GASSET, José, *Obras Completas*, t. I, Madrid, Revista de Occidente, 1946.
- ORTEGA Y GASSET, José, *La Rebelión de las Masas* [1930], Madrid, Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1979.
- ORTEGA Y GASSET, José, *Europa y la Idea de Nación*, Madrid, Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1996.
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro, “A Ideia de Europa em Ortega y Gasset”, in *Cidadania e Construção Europeia*, Lisboa, Ideias e Rumos, 2005, p. 119-136.